



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Ossos desvelados: entre burocracias, técnicas e práticas que atribuem identidade.

Autoria: Ingrid Possari Cia (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

A apresentação aqui proposta para a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA se baseia no work etnográfico, parte de uma pesquisa de mestrado em Ciências Sociais (em andamento), o qual investiga o lugar institucional da Antropologia Forense dentro da perícia em casos de violação de direitos humanos no Brasil, a partir da instituição do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF - Unifesp). O objetivo consiste em entender os processos de reconhecimento e identificação de remanescentes humanos a partir de um conjunto de práticas - entre técnicas, métodos e protocolos - que implicam o estabelecimento de um elo entre corpo e nome, incorporado a complexas organizações no interior de repartições burocráticas quanto ao tratamento dado às vítimas de mortes violentas. O processo de identificação individual de pessoas fixou-se no Brasil como um saber e uma técnica policiais, sobretudo no século XIX, com a abrangência do discurso biologizante da identificação, localizado na produção de um saber médico-legal. Tal saber se encarrega de dar respostas às questões da esfera jurídica, na qual práticas científicas e burocráticas são imputadas a cadáveres e ossadas no Instituto Médico Legal (IML). Na medida em que a institucionalização dos processos de morrer ? compostos por laudos fabricados por peritos - se desdobram no IML, as categorias de classificação e controle atribuídas na gestão dos mortos compõe o cotidiano das instituições policiais. Porém, o processo de reconhecimento e identificação de corpos e remanescentes ósseos realizados no IML demonstram-se distintos das técnicas forenses operadas no CAAF. Estas, na América Latina, vinculam-se ao desenvolvimento do humanitarismo forense, intimamente relacionado às formas pelas quais os Estados lidaram com as heranças das ditaduras da segunda metade do século passado. Assim, este estudo busca compreender a partir de quais referências e protocolos o CAAF surge, em 2014, como uma instituição que desenvolve humanitarismo forense e reúne técnicas de identificação forense especificamente orientadas para



as violações de direitos humanos. Considerando o citado elo entre corpo e nome, esta apresentação terá enfoque na análise da produção documental confeccionada pela perícia acerca do caso de Dimas Antônio Casemiro, militante político exumado da vala de Perus, em 1991, que teve seus remanescentes ósseos identificados pelo Grupo de work Perus (GTP), no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF), em 2018. Aqui, entende-se o caso a partir da narrativa do desaparecimento de Dimas e seus dados físicos, conhecidos por ante mortem, a análise de seus remanescentes ósseos, post mortem, e os dados genéticos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: